

INDÍGENAS MULHERES E AS LUTAS TERRITORIAIS URBANAS

Considerações a partir de uma revisão de literatura

*INDIGENOUS WOMEN
AND URBAN TERRITORIAL STRUGGLES
Considerations Based on a Literature Review*

Giulia Ferreira Alberti¹ e Daniele Caron²

Resumo

O artigo busca contribuir para a ampliação do debate acerca da presença dos corpos territórios-indígenas-mulheres em contextos urbanos. A partir da análise crítica do processo de urbanização brasileiro sob herança colonial, evidencia-se os efeitos gerados à partir de um planejamento eurocentrado, racista e patriarcal, o qual exclui corpos femininos e racializados. Aponta-se para a emergência em romper com os ideais hegemônicos que ditam os rumos dos planejamentos territoriais e urbanos, reivindicando outras formas de se relacionar e constituir territorialidades à partir de cosmovisões indígenas pautadas pelas mulheres. Com base em revisão sistemática de literatura, investiga-se a expressão de trabalhos nos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, que abarquem a intersecção entre gênero, raça e território. O estudo revela a invisibilização da presença de indígenas mulheres nos trabalhos acadêmicos e aponta para a necessidade de se incorporar os saberes ancestrais e suas epistemologias para pautar a construção de outras formas de se pensar-fazer cidade e se relacionar com o território.

Palavras-chave: indígenas mulheres; contexto urbano; território; planejamento urbano; retomada indígena.

Abstract

The article seeks to contribute to the expansion of the debate regarding the presence of Indigenous-women-bodies-territories in urban contexts. Through a critical analysis of the Brazilian urbanization process under colonial legacy, it highlights the effects produced by a Eurocentric, racist, and patriarchal planning framework, which excludes female and racialized bodies. The urgency of breaking with hegemonic ideals that dictate the directions of territorial and urban planning is emphasized, calling for other ways of relating and constituting territorialities grounded in Indigenous women's cosmovisions. Based on a systematic literature review, the research investigates academic works in the fields of Architecture and Urbanism and Urban and Regional Planning that address the intersection of gender, race, and territory. The study reveals the invisibilization of Indigenous women in academic production and points to the need to incorporate ancestral knowledge and epistemologies in order to guide the construction of other

ways of thinking-doing cities as well as new forms of relating to territory.

Keywords: indigenous women; urban context; urban planning; territory; indigenous retake.

Introdução

O presente artigo integra uma pesquisa de mestrado em andamento, desenvolvida dentro do Programa de Planejamento Urbano e Regional da UFRGS (PROPUR), tendo como temática os processos de resistência indígena em contexto urbano liderados por mulheres na região sul do Brasil. Trata-se de uma pesquisa comprometida com o desafio de descolonizar o pensar-fazer cidade, trazendo à partir de uma postura e escolha metodológica de pesquisarCOM³ (Moraes, 2010) as margens (Caron et. al, 2020) (Caron; Cabral, 2024) um deslocamento das epistemologias hegemônicas e o reconhecimento de práticas urbanas insurgentes, constituídas por corpos-territórios de luta.

Como integrantes do grupo de pesquisa e extensão Margem_Laboratório de Narrativas Urbanas⁴ (MargemLab) pautamos a importância de se pensar outras formas de atuação no planejamento urbano das cidades, que considere outras dimensões e cosmovisões, que interpelam os saberes hegemônicos, os quais historicamente ditam o modus operandis de se constituir e planejar cidades e territórios. Nessa perspectiva, volta-se o olhar para a presença indígena no território urbano e seus saberes, desde o sul de Abya Ayala⁵, buscando visibilizar outras formas de se relacionar com a vida urbana e constituir territorialidades, através de corpos-territórios⁶ de luta, de indígenas mulheres.

Com a intenção de refletir e pautar esta temática dentro de nossa área de pesquisa e atuação, buscou-se através de uma revisão sistemática, elucidar de que forma essas lutas e presenças tem se dado dentro do campo do Planejamento Urbano e Regional e da Arquitetura e Urbanismo. Dessa forma, o artigo organiza-se em três seções: a primeira abrange um percurso acerca dos processos de invasão colonial e do esbulho de territórios e comunidades originárias que acarretaram no processo de urbanização brasileira, forjada sob os moldes do colonizador, apontando as cidades como territórios de manifestação de racismo, machismo e desigualdades socioambientais.

Em seguida, adentra-se na questão de gênero, trazendo para pauta as especificidades da luta das indígenas mulheres, apontando seu importante papel político e territorial, na realização de retomadas de terra e na conquista de direitos. Na terceira seção apresenta-se a revisão sistemática de literatura, focando no recorte de gênero e racial dentro dos estudos urbanos. Por fim, finaliza-se o artigo através das considerações e reflexões “finais” que emergem ao se investigar a temática dentro dos estudos

3 PesquisarCOM, segundo Márcia Moraes (2010), trata-se de uma concepção de pesquisa que é engajada e situada, subvertendo o modelo tradicional de pesquisarSOBRE o outro, enxergando os sujeitos como partes fundantes da pesquisa, como *experts*, com quem se pode formular conjuntamente as questões que interessam ao campo.

4 Grupo de pesquisa e extensão originado em 2019 pela Profa. Dra. Daniele Caron, vinculado ao Programa de Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, desenvolvendo suas investigações por meio do projeto “Narrativas à margem: a dimensão pública e comum da paisagem na cidade de Porto Alegre/RS”, através de processos colaborativos extensionistas com ocupações urbanas que reivindicam o direito e acesso à cidade e às suas próprias existências (Caron e Cabral, 2024).

5 Essa denominação hoje é utilizada para identificar o território conhecido por América, a partir de um acordo continental entre os povos originários, como forma de evidenciar a luta pela resistência no território, a memória dos povos ancestrais e a defesa da terra (Cabnal, 2018, p. 36)

6 Corpo-território trata-se de um termo que vem sendo utilizado pelas mulheres indígenas para designar a indissociabilidade entre corpo e território. Sendo os corpos das indígenas carregados por sua ancestralidade, atuam como um corpo de luta, que por si só já é um território a ser defendido.

1 Mestranda em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS), Arquiteta e Urbanista pela Universidade Franciscana (UFN/2021). Integrante do grupo MargemLab e bolsista pela CAPES. e-mail: giulia.arqueurb@gmail.com

2 Docente da Faculdade de Arquitetura e do Programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR/UFRGS); Coordenadora do Grupo de Pesquisa Margem_Lab (PROPUR/UFRGS); Doutora em Urbanismo (Universidad Politécnica de Catalunya, 2017); Mestrado em Urbanismo (Universidad Politécnica de Catalunya, 2010. e-mail: danielle.caron@ufrgs.br

urbanos, compreendendo que ainda há um caminho longo a ser trilhado no que tange à visibilidade e importância dados aos corpos e epistemologias contra-hegemônicas.

Urbanização e colonialidade: entre o apagamento e a resistência

A perpetuação da narrativa do descobrimento do território denominado pelos colonizadores europeus de Brasil se deu por muitos anos ao longo da nossa história. Foi apenas no último século que passou-se a desvelar e reconhecer as atrocidades cometidas pela invasão do território até então conhecido como Pindorama pelos povos originários dessa terra. Apesar do etnocídio em massa provocado pelo processo colonial, de diversos povos que aqui habitavam, seja através do massacre de populações, por doenças e tentativa de apagamento, os povos indígenas seguiram em resistência e lutam na atualidade pelos seus direitos e retomada de territórios ancestrais.

O processo colonial teve como mote a tentativa de enfraquecimento dos povos originários, através de uma série de mecanismos, destacando-se os processos de desterritorialização (Haesbaert, 2011), onde as populações eram afastadas de seus territórios de origem, impedidos de exercer seus costumes, de falar sua língua, controlando seus movimentos através do confinamento de corpos e transformando-os em mão de obra a serviço da colônia e do capital (Quintero e Marechal, 2020). Um projeto que visava a assimilação dos povos, com a tentativa de unificação da nação, na criação do Brasil como o conhecemos hoje (Núñez, 2022).

Tendo como molde o imaginário colonial eurocêntrico e patriarcal, que segue sendo atualizado e resistindo até os dias atuais, através do projeto colonial moderno, expresso por Quijano (2005) e Segato (2012), a urbanização das cidades brasileiras seguiu reproduzindo os ideais desenvolvimentistas do colonizador, transformando os territórios aos moldes eurocêtricos. Segundo Joice Berth (2023), o projeto de cidade no Brasil é forjado sobre uma lógica excludente, elitista e racializada. A ocupação do espaço urbano brasileiro foi e é moldada por uma ideologia que busca apagar os rastros dos povos originários e negros, enquanto reforça a centralidade da branquitude como símbolo de progresso e civilização, utilizando-se para isso da mão de obra racializada.

A partir do século XIX, a urbanização se estrutura e assume simbolicamente “um dos maiores signos civilizatórios, estruturando uma ideia de “progresso”, “desenvolvimento” e “qualidade de vida” típicos da sociedade capitalista.” (Helene et. al, 2022, p. 71). Sob um regime higienista e sanitista, aos moldes da modernidade européia, intenciona-se um “embelezamento” que se dá a partir da expulsão das populações de baixa renda e racializadas, alegando a ordenação do espaço urbano (Berth, 2023).

Já no século XX, com a industrialização intensificando as migrações para as cidades, a urbanização reflete na perpetuação do processo colonial e imperial, caracterizando-se pela concentração de terras, de renda e poder, através de práticas autoritárias, de mão de obra escrava ou precária e do esbulho dos territórios indígenas, objetivando a expansão de territórios produtivistas (Rosa, 2024). Nesse sentido, podemos afirmar que a lógica urbana se contrapõe à ancestralidade indígena, assumindo um papel de segregação social, territorial e política, que se define a partir dos moldes do capital econômico, compreendendo a terra, ou o solo urbano, como um espaço de reprodução do capital (Rolnik, 2015).

Para o teórico indígena Ailton Krenak, o ideal de progresso perseguido pela sociedade nos levou a um processo acelerado de “devorar o planeta com fúria” (Krenak, 2022), em decorrência de modelos capitalistas e neoextrativistas. Pautados pela exploração da terra e dos recursos, visando a obtenção de lucro, estabelece-se com a terra uma

relação de exploração e poder, enxergando-a como mercadoria (Kopenawa, 2015). Seguindo este modelo de desenvolvimento, as cidades viriam a se tornar a “caixa preta” da civilização, levando o corpo da Terra ao limite (Krenak, 2022), e assim nos conduzindo em direção ao estado de emergência climática que vivenciamos na atualidade, através da criação de paisagens para a renda (Rolnik, 2019) e a decorrente expulsão de comunidades originárias e tradicionais para as margens, para zonas periféricas, longe da infraestrutura urbana e em territórios que sofrem com maior vulnerabilidade socioambiental.

Todavia, as tentativas de apagamento, expulsão, desterritorialização, territorialização e invisibilização não foram suficientes para barrar a presença e o protagonismo indígena nas cidades. Os dados do último censo (IBGE, 2022) apontaram para um crescimento de 181,6% da população indígena vivendo em áreas urbanas desde o censo de 2010, totalizando 914.746 pessoas, ultrapassando a população indígena vivendo em áreas rurais (780.090 pessoas). De acordo com o Censo, dentro deste índice, a maioria são mulheres, havendo uma correspondência de 100 mulheres indígenas vivendo em cidades para cada 89,37 homens (IBGE, 2022). Esse dado nos conduz para a próxima seção, na qual compreendemos a importância de olhar para as pautas específicas de gênero e sua relação com a luta nos territórios urbanos.

Corpos-territórios em luta: indígenas mulheres nas cidades

A presença de indígenas mulheres em contextos urbanos vem se tornado cada vez mais expressiva nos últimos anos. Tal aumento pode ser decorrente de diversos fatores, como a busca por melhores condições de vida, disputas territoriais e até mesmo fuga de situações de violência sofridas nas aldeias. A busca por estudo e por emprego, seja ele formal ou informal, também são fatores expressivos (Rosa e Reis, 2023). Com iniciativas nos mais diferentes âmbitos, as mulheres indígenas têm demonstrado sua força e protagonismo nas cidades através das lutas territoriais, em processos de Retomada, na política institucional, ocupando um número cada vez maior em importantes cargos, lutando pela garantia de direitos, no associativismo através do número crescente de organizações de mulheres indígenas espalhadas por todo o país, e ainda, através das Marchas Nacionais das Mulheres Indígenas, gerando visibilidade e fortalecimento para suas lutas.

Dentro do contexto das lutas e reivindicações dos povos originários, a liderança de indígenas mulheres vem sendo testemunhada por todo o território de Abya Ayala, e se fortalecendo a partir de movimentos que buscam difundir e legitimar suas lutas, através de articulações e criação de redes como a ANMIGA (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade), criada oficialmente no Brasil em 08 de março de 2021. Seu manifesto é fruto da 1ª Marcha Nacional das Mulheres Indígenas, realizada em 2019, onde afirmam:

Nossas lideranças estão em permanente processo de luta em defesa de direitos para a garantia da nossa existência, que são nossos corpos, espíritos e territórios. (...) As Mulheres Indígenas assumiram um papel fundamental na articulação das redes de apoiadores (...) Além n.36,v.10 272 verão de 2026 273 de atuarem permanentemente nas barreiras sanitárias, as mulheres estiveram frente às construções estratégicas dos planos Territorial, Regional e Nacional no enfrentamento à Covid-19. Há muitas Mulheres Indígenas com atuações significativas na contribuição pela defesa dos direitos dos Povos Indígenas – muitas vezes enfrentando diversas formas de violências (Manifesto ANMIGA, 2021).

A criação da rede é resultado dos processos de mobilização e articulação das mulheres indígenas, que já havia ocorrendo de maneira mais intensa desde a 1ª Marcha, promovendo desde então diversos encontros online e debates, em meio a pandemia da COVID-19 e situação governamental desfavorável para os povos originários. A ANMIGA surge então como uma tentativa de unir e fortalecer a luta indígena através das mulheres - lutas essas que são diversas, levando em consideração os 305 povos existentes no país.

Todavia, associações políticas e coletivas entre indígenas mulheres já existiam desde os anos 80, através de organizações locais e regionais, no contexto de articulação política dos movimentos indígenas em torno da Constituinte brasileira (ISA, 2024). A primeira organização de mulheres indígenas criada no Brasil data de 1984 – a Associação de Mulheres Indígenas do Alto Rio Negro. Em 1989, a liderança indígena Tuire Kayapó, que ancestralizou em agosto de 2024, empunhava um facão contra a face de José Antonio Muniz Lopes, coordenador-geral da presidência da Eletronorte, em um ato corajoso contra a construção da Usina Hidrelétrica de Kararaô – ato que impediu por duas décadas o que viria a ser construída como Usina Hidrelétrica Belo Monte. (Mantovanelli, 2024).

Conforme aponta linha do tempo presente no Mapa das Organizações das Mulheres Indígenas, realizado por pesquisadoras e colaboradoras do Instituto Socioambiental (ISA) em parceria com ANMIGA,

Mulheres Indígenas sempre estiveram em luta. Seja na política, como foi o caso de Carmelita Tuxá, eleita vereadora em Rodelas (BA), em 1963, seja à frente da disputa territorial, como Hilda Pankararu, que liderou as retomadas dos territórios tradicionais de seu povo nos anos 1970. Ou antes ainda, já no século 18, indígenas como Ana, Esperança, Inês, entre outras lutaram contra a escravidão em São Luís do Maranhão e Belém do Pará (ISA, 2024).

Mas a luta segue nos dias de hoje. Com cada vez mais indígenas mulheres ocupando cargos de poder e liderando processos de retomada, fortalecendo umas às outras em uma luta que é comum à todos os povos – a luta por território. Nesse sentido, as retomadas indígenas emergem como processos de resistência e (re)existência destes povos na contemporaneidade, atuando de modo a confrontar o sistema operante, que segue tentando se (re)afirmar como dominante e que se expressa tanto sobre esferas políticas, governamentais, quanto na gestão, no planejamento e no modo de se pensar e fazer cidades.

Nesse sentido, aponta-se para a importância de se ouvir e pautar não somente as demandas, como também as cosmovisões e formas de se relacionar com e no território, à partir da luta e organização dos povos originários, dando enfoque para a presença e liderança das mulheres, que se fazem cada vez mais presentes em nossas cidades. Situando essa pesquisa no campo em que nos cabe, como arquitetas e urbanistas, discente e docente de um programa de Pós Graduação em Planejamento Urbano e Regional, parte-se para uma investigação no campo acadêmico, através de uma revisão de literatura que se dará com o intuito de ampliar o diálogo com nossos pares, buscando a reflexão acerca de que saberes são pautados como relevantes dentro do contexto acadêmico e científico no qual estamos inseridas.

Revisão Sistemática

Para adentrar a problemática dos processos de luta das indígenas mulheres em

contexto urbano, buscou-se investigar a incidência de pesquisas dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional, pesquisando pelo termo “mulheres indígenas” na plataforma de Teses e Dissertações da CAPES, realizando a filtragem dentro das respectivas áreas de avaliação mencionadas. A investigação resultou em um total de 10 trabalhos, produzidos entre 2015 e 2022 – sendo que dentre eles apenas 4 de fato abordavam as problemáticas indígenas no âmbito urbano, arquitetônico ou territorial, destacados no quadro abaixo.

	Título	Ano/ Tipo	PPG/Instituição	Autoria
1	Takiná - Organização de Mulheres Indígenas do Estado de Mato Grosso: Histórico, desafios e perspectivas	2021 Dissertação	Estudos Urbanos e Regionais / UFRN	Rochele Fiorini
2	Territorialidades Acionadas Pelo Saber-Fazer Artesanal de Mulheres Kaingang da Terra Indígena Manguueirinha	2021 Dissertação	Desenvolvimento Regional / UTFPR	Eliana Piaia
3	Espaços de cozinhar: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado	2021 Tese	Arquitetura e Urbanismo / UFMG	Luna Lyra
4	Construção de territorialidades indígenas e suas inter-relações com o empoderamento feminino no médio e submédio São Francisco – BA	2017 Tese	Desenvolvimento Regional e Urbano / UNIFACS	Gisele Costa
5	Um olhar sobre o tamanho da prole das mulheres indígenas à luz do capital cultural e econômico, Brasil, 2010	2015 Dissertação	Demografia / UFRN	Anna Karoline Rocha Da Cruz
6	Corpo-papel: Um estudo imagético sobre acervo Lux Vidal de pinturas kayapó-xikrin	2019 Dissertação	Arquitetura e Urbanismo / USP	Bruna Keese Dos Santos
7	Diferenciais de gênero no mercado de trabalho brasileiro em 2016 e 2017: Uma aplicação acerca da elegibilidade a aposentadoria pelo RGPS.	2019 Dissertação	Demografia / UFRN	Vanessa Viana Da Nobrega
8	Os desafios da comunidade do Tekoha Ocoy no enfrentamento e prevenção da violência de gênero e doméstica	2020 Dissertação	Políticas Públicas e Desenvolvimento / UNILA	Laisa Massarenti Hosoya
9	Análise Gráfica das Capas do Jornal Lampião da Esquina: Contribuições para a Memória Gráfica e para o Movimento LGBTIA+	2022 Dissertação	Design / UFPE	Matheus Nascimento Do Prado
10	Participação Feminina: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural de São Leopoldo (RS).	2022 Dissertação	Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental / UDESC	Carline Luana Carazzo

Quadro 01 - Resultado da busca de trabalhos na plataforma de Teses e Dissertações da CAPES. Fonte: das autoras, 2025.

Escolhemos aqui adentrar com mais profundidade na análise dos quatro trabalhos que mais se aproximam da problemática pesquisada, explorando desta forma contribuições possíveis para o desenvolvimento de pesquisas que pautem questões de gênero e raça no âmbito urbano, arquitetônico ou territorial. Iniciamos assim com o trabalho intitulado “Takiná – Organização de Mulheres Indígenas do Estado de Mato Grosso: Histórico, Desafios e Perspectivas”, defendido em 2021 no Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da UFRN, de autoria de Rochele Fiorini. A pesquisa teve como objetivo compreender o modelo de gestão criado e adotado pelas mulheres indígenas na Takiná⁷, bem como seu papel político na defesa dos direitos e da organização social dos povos indígenas – com ênfase na dimensão de gênero, em um cenário marcado pela expropriação dos territórios e pela marginalização das culturas indígenas.

Tendo como metodologia a análise de documentos institucionais, legislações indigenistas e estudos acadêmicos sobre movimento indígena, feminismo e gestão social, além da observação participante e entrevistas semiestruturadas com mulheres da organização, esse trabalho contribui com o debate acerca de como as lutas indígenas podem inspirar uma reestruturação de políticas de desenvolvimento voltadas para a justiça socioambiental e para a promoção do bem viver.

O segundo trabalho “Territorialidades Acionadas Pelo Saber-Fazer Artesanal De Mulheres Kaingang Da Terra Indígena Manguueirinha”, também de 2021, foi desenvolvido dentro do Programa de Desenvolvimento Regional da UTFPR por Eliana Piaia e propõe a partir de uma abordagem etnográfica, envolvendo a observação participante, uma investigação aprofundada sobre como as práticas artesanais das mulheres Kaingang podem ser lidas também como mecanismos de resistência e de ativação de territórios. Piaia (2021) se apoia em autorias de abordagem decolonial, como Rita Segato, Aníbal Quijano, Arturo Escobar e Viveiros de Castro, para questionar o modelo de desenvolvimento imposto pelo sistema ocidental e destacar a importância de saberes alternativos que valorizem a conexão intrínseca entre cultura, território e identidade – nesse caso o saber-fazer artesanal, como manifestação dessa conexão. O trabalho ressalta o papel vital das mulheres Kaingang na articulação de territórios de resistência e no resgate de práticas culturais ancestrais, podendo assim contribuir de forma significativa para o entendimento de suas cosmologias, conectando aspectos culturais na construção de territorialidades.

Quanto à tese “Espaços de Cozinhar: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado”, de Luna Lyra, apresentado em 2021 no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, apesar de não ser uma pesquisa específica com mulheres indígenas, aborda uma experiência com mulheres indígenas Xakriabás em seu território. Além de se mostrar relevante no sentido de trabalhar questões de gênero dentro de uma abordagem decolonial e de resistência feminina, aciona reflexões acerca da esfera do cuidado, comumente reproduzidas em territórios liderados por mulheres.

Lyra (2021) apoia-se em um conjunto de aparatos teóricos que possibilitam compreender os espaços de cozinhar como manifestações de cuidado, resistência e (re)produção de modos de vida coletivos que questionam os legados do colonialismo e a imposição das categorias eurocêntricas de gênero e raça, alicerçadas por autoras como Maria Lugones (2014), Verônica Gago (2018), Silvia Federici (2019) e Silvia Cusicanqui (2010). Aponta-se aqui o trabalho de cuidado não apenas como um fardo, mas também

como uma força coletiva, que emerge de movimentos e territórios de resistência, acarretando na transformação de espaços urbanos que possam promover o bem viver.

A partir de uma abordagem etnográfica, Lyra (2021) procura situar-se na pesquisa, colocando-se em uma posição de reconhecer seu lugar de escuta e de fala no trabalho, reconhecendo as implicações de sua posição de diferença e muitas vezes de hierarquia em relação às interlocutoras, com as quais opta por realizar entrevistas e a posterior análise de narrativas de mulheres, corporificadas em três territórios diversos de cozinhas coletivas. Dentre elas, duas em ocupações urbanas, uma localizada em Belo Horizonte e outra no Rio de Janeiro, e uma em terra indígena Xakriabá, localizada no extremo norte de Minas Gerais. Dessa forma, a autora relaciona as 3 experiências com os conceitos de cuidado comunitário, compreendido como práticas de resistência e (re)existência nos territórios.

Já a tese “Construção de territorialidades indígenas e suas inter-relações com o empoderamento feminino no médio e submédio São Francisco – BA”, defendido por Gisele Costa (2017), no programa de Desenvolvimento Regional e Urbano da UNIFACS, dedica-se a investigar a construção de territorialidades indígenas, a partir de uma perspectiva de gênero, tendo como foco a contribuição e influência das cacicas, enquanto lideranças atuantes na (re)construção de territórios e na promoção do desenvolvimento territorial no Vale Sanfranciscano, na Bahia.

Para alcançar seus objetivos, Costa (2017) dedica-se a apresentar aspectos históricos da ocupação colonial do Vale do São Francisco, território que sofreu com esbulho territorial, através de uma política de etnocídio que incidiu sobre os povos originários, demonstrando a origem histórica de conflitos territoriais que se apresentam até os dias atuais. A autora busca conceituar, a partir de geógrafos como Haesbaert (2004; 2011) o termo território, e de que formas esse conceito se relaciona com o modo de territorialização praticada pelos povos indígenas.

Costa (2017) realiza uma pesquisa etnográfica, juntamente com abordagens participativas, tal como a realização de oficinas para elaboração de mapas mentais, produzidas pelas interlocutoras, além de entrevistas semiestruturadas com líderes e mulheres indígenas. Esses instrumentos possibilitaram a coleta de relatos diretos sobre a experiência das sujeitas, bem como a representação simbólica de seus territórios por meio de etnomapas e croquis. A análise posterior dos dados envolveu a interpretação das narrativas e dos elementos iconográficos presentes nos mapas, permitindo compreender como o povo Truká Tupan constrói seus saberes e reproduz suas práticas de resistência frente à imposição de modelos unidimensionais de desenvolvimento.

Em que pese a especificidade de cada pesquisa, os quatro trabalhos demonstraram-se relevantes para pensar sobre a problemática envolvendo questões étnicas, de gênero e territoriais, a qual se propôs esta revisão. Seja pelo aparato teórico e proximidade com a temática, seja pela abordagem metodológica e ética de pesquisa levantada pelas pesquisadoras, trouxeram contribuições importantes para a realização de mais estudos na área, demonstrando o grau de incipiência da problemática dentro dos estudos urbanos.

Dentre os outros seis trabalhos encontrados na presente revisão sistemática, temos duas dissertações produzidas no Programa de Demografia da UFRN, que focam em dados mais quantitativos e analíticos referentes às problemáticas específicas das pesquisas, envolvendo questões de prole (Da Cruz, 2015) e de aposentadoria (Nobrega, 2019). Há dois trabalhos com foco em materiais gráficos e artísticos produzidos na Faculdade de Arquitetura da USP (Santos, 2019) e no Design da UFPE (Prado, 2022). Quanto a trabalhos produzidos na região sul do Brasil, há uma dissertação desenvolvida na

7 Primeira organização de mulheres indígenas, criada em 2009, no Estado de Mato Grosso, chamada Takiná, composta por mais de cem mulheres de 43 etnias e divididas em sete regionais.

UNILA, no estado do Paraná, que foca na questão da violência de gênero e doméstica a partir de estudos de políticas públicas e acompanhamento de comunidades Guaranis (Hosoya, 2020) que pode ser relevante para pensar sobre as violências sofridas tanto acarretadas pela violação de territórios a partir de membros externos à comunidade quanto pelas violências internas praticadas a partir de relações desequilibradas nas comunidades.

Outro trabalho, desenvolvido na UDESC, em Florianópolis, dentro do programa de Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental, aborda a questão do Patrimônio Cultural da cidade de São Leopoldo - RS (Carazzo, 2022), buscando outras narrativas, contra-hegemônicas de inventariar a história, dando destaque para o olhar e contribuição das mulheres. No entanto, o trabalho não traz nenhum tipo de enfoque para as indígenas. Apesar desta última pesquisa ser pautada em uma cidade do Rio Grande do Sul, a busca pelos trabalhos não apresentou nenhuma outra pesquisa realizada no Estado e em suas universidades, o que demonstra uma invisibilidade da problemática dentro dos estudos urbanos realizados até então.

Compreende-se que limitar a busca da revisão apenas dentro do catálogo de Teses e Dissertações da CAPES nos campos da Arquitetura e Urbanismo e do Planejamento Urbano e Regional acarretou em um número baixo de resultados e que através da ampliação das áreas de busca, haveria um aumento no número de pesquisas desenvolvidas acerca da temática. Contudo, a intenção deste trabalho foi justamente demonstrar a incipiência dos estudos urbanos dentro do nosso campo, que tratem das problemáticas indígenas e de gênero em relação.

No que tange os trabalhos produzidos dentro do campo do Planejamento Urbano e Regional e Arquitetura e Urbanismo, sem considerar o fator gênero na filtragem das pesquisas, há um estudo recente realizado por Pádua e Caron (2023), fruto de trabalho de tese em andamento, de doutoranda e orientadora, onde encontra-se disponível uma revisão sistemática acerca da problemática indígena, no artigo intitulado “Povos originários em contexto urbano: paisagem em devir”, apresentado no ENANPUR 2023 e atualmente disponibilizado nos Anais do evento. No mesmo caminho, o artigo denominado “Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira” desenvolvido por Rosa e Reis (2023) apresenta um mapeamento de teses e dissertações desenvolvidas acerca da problemática, no âmbito de programas de pós-graduação em antropologia. Além disso, apresenta também um panorama geral da situação atual e histórica vivenciada pelos povos originários de Abya Ayala em contextos de cidades.

Considerações finais

A análise empreendida ao longo deste artigo buscou tensionar as ausências e silenciamentos em torno das presenças indígenas, em especial das mulheres, nos estudos de Arquitetura e Urbanismo e Planejamento Urbano e Regional. A partir da revisão sistemática realizada, evidencia-se a escassez de pesquisas que considerem a intersecção entre gênero, território e povos originários em contextos urbanos, revelando não apenas lacunas teóricas e metodológicas, mas uma invisibilização das mesmas como agentes de transformação territorial, urbana e socioambiental. Assim também como revela os limites de um campo que ainda opera majoritariamente sob os paradigmas coloniais e eurocentrados.

As experiências de luta e (re)existência das mulheres indígenas em contextos urbanos mobilizam outras formas de territorializar, resistir e produzir cidade. Corpos-territórios insurgentes que desafiam os marcos normativos do planejamento e da urbanização,

ao convocarem saberes ancestrais, práticas coletivas e cosmologias que “insistem em existir” apesar dos processos de violências sofridos e da tentativa de apagamentos históricos. Tais práticas demandam do campo acadêmico repensar suas categorias analíticas e seus modos de produção de conhecimento, reconhecendo a legitimidade das epistemologias indígenas como parte fundamental da construção de cidades mais justas, plurais e saudáveis.

Como denuncia Joice Berth (2023), as terras originalmente pertencentes aos povos indígenas e a riqueza gerada pelo trabalho forçado de pessoas negras escravizadas acabaram, em grande parte, nas mãos de uma elite predominantemente branca e masculina, e é a partir dessa base desigual que as cidades brasileiras foram constituídas. Nesse sentido, corpos racializados e corpos femininos ocupam um lugar de “corpo estranho, indesejado, invadido e apto a ser cerceado ou limitado” (Berth, 2023, p. 157). As cidades brasileiras, como estão conformadas, estão repletas de símbolos que se referem à colonialidade do poder (Segato, 2012), símbolos fálicos que remetem à opressão masculina e às violações, que estimulam o individualismo e reafirmam a perpetuação das hierarquias sociais (Berth, 2023). Assim, compreende-se o espaço urbano/ as cidades não como um espaço de inclusão. E tão pouco se trata de incluir os corpos destas mulheres. A presença destes corpos é ancestral. Corpos estes que foram violentados no processo de colonização e que hoje reivindicam outras formas de ocupar o espaço urbano, acionando territorialidades outras a partir da luta de seus corpos-territórios.

Nesse sentido, a revisão aqui apresentada não apenas evidencia a invisibilização dessas presenças nos debates acadêmicos, como também propõe deslocamentos epistemológicos e metodológicos necessários para o enfrentamento dessas ausências. Ao reconhecer corpos-territórios indígenas femininos como agentes de produção de cidade, de memória e de futuro, aponta-se para a urgência de uma escuta comprometida e implicada. Descolonizar o planejamento urbano não se trata de incluir sujeitos nos marcos vigentes, mas o questionamento radical das bases que sustentam esses marcos: a ideia de cidade, de território, de desenvolvimento e de progresso. Reconhecer a potência política, epistêmica e territorial das mulheres indígenas é, portanto, um gesto de deslocamento e rearticulação do próprio campo acadêmico e científico, convocando assim a se imaginar outras formas de pensar, habitar e transformar os territórios urbanos.

Para Berth (2023, p. 257-273), “decolonizar a arquitetura e o urbanismo, portanto, é parte da ação de reversão do epistemicídio imposto ao povo brasileiro”. Assim, nesse território de confronto que são as cidades, é a partir de movimentos como o das indígenas mulheres que lutam por território e pelo direito à uma cidade digna e sociobiodiversa que emergem elementos que nos convocam à uma reflexão sobre a vida imposta, reivindicando a partir de retomadas territoriais e epistêmicas, uma cidade que possa ser percebida não apenas como terreno de des-envolvimento (Bispo, 2023) desumanizante, mas também como um território em disputa onde se constroem, a partir do corpo-território dessas mulheres e de seus saberes ancestrais, outras formas de se relacionar, a partir de uma política de cuidado, reciprocidade e respeito inter-relacional entre humanos e não-humanos, visando assim o rompimento com a lógica capitalista, colonial, racista e sexista reproduzidas nos espaços urbanos e ensinadas até hoje dentro de academias.

Referências

ARTICULAÇÃO NACIONAL DAS MULHERES INDÍGENAS GUERREIRAS DA ANCESTRALIDADE (ANMIGA). *Manifesto das primeiras brasileiras. As originárias da terra: a mãe do Brasil é indígena*. APIB, 05 de março de 2021. Disponível em: <https://apiboficial.org/2021/03/05/manifesto-das-primeiras-brasileiras/sto-das-primeiras-brasileiras> | APIB

BERTH, Joice. *Se a cidade fosse nossa: racismos, falocentrismos e opressões nas cidades*. 1.ed. São Paulo: Paz & Terra, 2023.

BISPO, Antônio dos Santos. *A terra dá, a terra quer*. São Paulo: Ubu Editora, PISEAGRAMA, 2023. 112 p.

CARAZZO, Carline Luana. *Participação Feminina: Um olhar sobre o Patrimônio Cultural de São Leopoldo (RS)*. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Sócio-Ambiental, Universidade do Estado de Santa Catarina.

CARON, Daniele; ISOPPO, Rodrigo; Oliveira, Katia; Perseu, Gianluca. Narrativas à margem: deslocar epistemes para uma metodologia do comum. *Revista V!RUS*, 1(20). 2020. Disponível em: <https://revistas.usp.br/virus/article/view/229003>.

CARON, Daniele; RODRIGUES, Ana Cabral. MARGEAR: Exigências ético-políticas e coemergências metodológicas para pensar com os territórios. *Revista Cidades, Brasil*, v. 16, n. 26, p. 107–130, 2024. DOI: 10.36661/2448-1092.2024v16n26.14663. Disponível em: <https://periodicos.uffs.edu.br/index.php/cidades/article/view/14663>.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. *Os povos indígenas na América Latina: avanços na última década e desafios pendentes para a garantia de seus direitos*. Santiago, Chile: CEPAL, 2015.

COSTA, Gisele. *Construção de territorialidades indígenas e suas inter-relações com o empoderamento feminino no médio e submédio São Francisco – BA*. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade Salvador.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. *Chixinakax utxiwa: una reflexión sobre prácticas y discursos descolonizadores*. Buenos Aires: Tinta Limón, 2010.

CRUZ, Anna Karoline Rocha da. *Um olhar sobre o tamanho da prole das mulheres indígenas à luz do capital cultural e econômico, Brasil, 2010*. 2015. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

DI SOPRA, Fernando. *Territorializações indígenas no Rio Grande do Sul*. 2022. Dissertação (Mestrado em Dinâmicas Regionais e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Campus Litoral Norte, Tramandaí, 2022.

FEDERICI, Silvia. A reprodução da força de trabalho na economia global e a revolução feminista inacabada [2009]. In: *Ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Trad. Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FERREIRA, Joelson; FELÍCIO, Erahsto. *Por terra e território: caminhos da revolução dos povos no Brasil*. Arataca: Teia dos Povos, 2021.

FIORINI, Rochele. *Takiná - Organização de Mulheres Indígenas do Estado de Mato Grosso: Histórico, desafios e perspectivas*. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) - Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

GAGO, Verónica. Neo-comunidad: circuitos clandestinos, explotación y resistencias. In: Cristina Vega; Raquel Martínez-Buján; Myriam Paredes (eds.). *Cuidado, comunidad y común: experiencias cooperativas en el sostenimiento de la vida*. Madrid: Traficantes de sueños, 2018, pp. 75-92.

HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade*. Porto Alegre, Setembro de 2004. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3. e. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011. p. 43 – 71.

HAESBAERT, Rogério. Território. *GEOgraphia*, Niterói, v. 25, n. 55, e61073, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2023.v25i55.a61073>.

HAESBAERT, Rogério. Território e decolonialidade. *Revista da ANPEGE*, v. 17, n. 29, p. 182–213, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5418/ra2021.v17.n29.182-213>.

HELENE, Diana; Albinati, Mariana; Andreotti, Maria B.; Lazarini, Kaya. Um ensaio sobre a urbanização capitalista como tecnologia: colonialidade, racialização e cis-hétero-patriarcado. In: KLEBA, John; CRUZ, Cristiano, ALVEAR, Celso (org.). *Engenharias e outras práticas: técnicas engajadas*. v. 3. Campina Grande, PB, 2022. p 65 -103.

HOSOYA, Laisa Massarenti. *Os desafios da comunidade do Tekoha Ocoy no enfrentamento e prevenção da violência de gênero e doméstica*. 2020. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Desenvolvimento) - Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Desenvolvimento, Universidade Federal da Integração Latino-Americana.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo 2022: mais da metade da população indígena vive nas cidades*. Agência de Notícias IBGE, 07 maio 2024. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/42277-censo-2022-mais-da-metade-da-populacao-indigena-vive-nas-cidades>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). *Movimento das mulheres indígenas é diverso e cresce a cada dia, mostra mapeamento inédito da Anmiga e do ISA*. Mariana Soares, 29 de Novembro de 2024. Disponível em: <https://socioambiental.org/noticias-socioambientais/movimento-das-mulheres-indigenas-e-diverso-e-cresce-cada-dia-mostra>

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *A Queda do Céu*. São Paulo: Cia das Letras, 2015. KRENAK, Ailton. *Futuro ancestral*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

LYRA, Luna. *Espaços de cozinhar: mulheres, colonialidade e resistências coletivas a partir do trabalho de cuidado*. 2021. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Minas Gerais.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. Trad. Juliana Watson; Tatiana Nascimento. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, [2010] 2014, pp. 935–952.

MANTOVANELLI. *Tuire Kayapó, vida e gesto de uma pessoa-multidão*. Sumaúma. Altamira, Amazônia, 16 de agosto de 2024. Vídiário. Online. Disponível em: <https://sumauma.com/tuire-kayapo-vida-e-gesto-de-uma-pessoa-multidao/>. Acesso em: 10 de julho de 2025.

MORAES, Márcia. PesquisarCOM, política ontológica e deficiência visual. In: MORAES, Márcia; KASTRUP, Virgínia (Org.). *Exercícios de ver e não ver: arte e percepção entre pessoas cegas e com baixa visão*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2010.

NOBREGA, Vanessa Viana da. *Diferenciais de gênero no mercado de trabalho brasileiro em 2016 e 2017: Uma aplicação acerca da elegibilidade a aposentadoria pelo RGPS*. 2019. Dissertação (Mestrado em Demografia) - Programa de Pós-Graduação em Demografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

NÚÑEZ LONGHINI, Geni Daniela. *Nhande ayvu é da cor da terra: perspectivas indígenas guarani sobre etnogenocídio, raça, etnia e branquitude*. 2022. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais, perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires, AR: Clacso, Conselho Latino-americano de Ciências Sociais, 2005.

QUINTERO, Pablo; MARECHAL, Clémentine Ismérie. Populações kaingang, processos de territorialização e capitalismo colonial/moderno no Alto Uruguai (1941–1977). In: *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 26, n. 58, p. 155–190, set./dez. 2020.

PÁDUA, Juliana Lang; CARON, Daniele. Povos originários em contexto urbano: paisagem em devir. *ENANPUR*, 2023. Disponível em: <<https://anpur.org.br/wp-content/uploads/2023/05/st13-23.pdf>>.

PIAIA, Eliana. *Territorialidades Acionadas Pelo Saber-Fazer Artesanal de Mulheres Kaingang da Terra Indígena Mangueirinha*. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

PRADO, Matheus Nascimento do. *Análise Gráfica das Capas do Jornal Lampião da Esquina: Contribuições para a Memória Gráfica e para o Movimento LGBTIA+*. 2022. Dissertação (Mestrado em Design) - Programa de Pós-Graduação em Design, Universidade Federal de Pernambuco.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. Paisagens para a renda, paisagens para a vida. *Revista Indisciplinar*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, jul-out 2019. p. 18-45.

ROSA, Flávia Sutelo da. *Cidade, território ancestral indígena: direitos e poeiras(cidades), resistências ao pensar o urbano*. 2024. 309f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ROSA, Marlise; REIS, Rodrigo. Povos indígenas em contextos urbanos na América Latina: algumas considerações a partir da realidade brasileira. *Espaço Ameríndio*, Porto Alegre, v. 17, n. 1, p. 1-39, jan./abr. 2023.

SANTOS, Bruna Keese dos. *Corpo-papel: Um estudo imagético sobre acervo Lux Vidal de pinturas kayapó-xikrin*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.

SEGATO, Rita. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico. *E-cadernos CES*, v. 18, p. 106-131, 2012. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1533>

SEGATO, Rita. *Crítica da colonialidade em oito ensaios: e uma antropologia por demanda*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.